



“NÃO QUEREMOS QUE PENSEM POR NOS”

Entrevista Francisco Araújo, Presidente do Conselho Regional do Norte, defende que devem ser as próprias regiões a gerir a aplicação dos fundos comunitários

POR HUGO MANUEL CORREIA

Francisco Araújo, presidente do Conselho Regional, acredita que o Norte do país tem potencial para assumir uma posição de charneira na economia e indústria portuguesas. Mas explica que tal ainda não aconteceu devido a uma lógica de governação centralista, afastada da realidade onde as políticas são aplicadas. Confiante na capacidade dos atores regionais, acredita que as metas para o Norte 2020 serão alcançadas se forem escolhidos os setores prioritários e se o financiamento for aplicado com rigor pelos organismos da região.

Como encara a forma como o Norte tem enfrentado a crise?

A região tem tido uma grande capacidade de resiliência. A questão central é a afetação dos recursos. As regiões que têm tido a aplicação de fundos comunitários com maiores dotações per capita têm um desenvolvimento maior, o que não aconteceu com o Norte. Somos a maior região do país em termos populacionais e verificamos que as nossas dotações financeiras nos últimos quadros comunitários estão aquém daquilo que se verifica nas outras regiões. Não é por acaso que é a região mais pobre do país e a 37.ª da União Europeia.

A que se deve essa situação?

A situação deriva essencialmente da enorme centralização das políticas implementadas na região. Não podemos defender na Europa a descentralização e em termos regionais defendermos a centralização. Isto não está correto e o resultado está à vista de todos.

Qual a possibilidade da gestão do QREN passar a ser competência do Governo Central?

É nosso entendimento que deve ter uma base regional, com a participação dos diversos intervenientes regionais com o modelo de gestão que se estiver a afinar, o que não tem acontecido. Há pessoas que gerem programas, dão pareceres sobre projetos sem nunca visitarem a sua implementação no território, projetos que são uma mais valia para o desenvolvimento desse local. Por isso é que nós não queremos que pensem por nós! Na região temos atores institucionais, académicos empresariais com capacidade de pensar e implementar políticas. Somos a região do país mais exportadora, com maior dinamismo em termos empresariais e somos a região com menos fundos comunitários per capita. Neste novo QREN há o risco de se perderem fundos comunitários se as empresas não conseguirem assegurar a sua parte de investimento?

Corremos esse risco, mas as taxas de comparticipação podem ser mais elevadas e ir até aos 95%. Isto é uma vantagem que tem que ser utilizada na implementação dos fundos. Agora, não tenho dúvidas de que é

fundamental apoiar as empresas que criam emprego e riqueza, e dinamizam a economia. Mas isso pode e deve ser feito no âmbito de uma estratégia regional, com o envolvimento e a participação dos diversos atores regionais. Não devemos ter medo.

Este novo QREN vai implicar mais rigor na aplicação dos fundos comunitários?

O ser mais rigoroso é bom. O que é importante é que as opções sejam as corretas. E estarão corretas quando mobilizarem o território e a região. A gestão dos programas no território será um fator indutor de sucesso e de riqueza. Não será por acaso que há uma tendência crescente de gerir tudo ao lado do Terreiro do Paço. Porquê? Porque a gestão também dinamiza a economia. Temos uma situação diferenciada e não queremos que nos cortem a relação transfronteiriça com as regiões da Galiza e de Castela e Leão. Para isso precisamos de uma instituição regional dinâmica, que tenha autonomia para gerir as políticas regionais e, por outro lado, ver na CCDR-N um bom instrumento para o sucesso da implementação de políticas setoriais e capacidade de definir uma articulação mutuamente proveitosa nessa relação transfronteiriça. Para mim é uma grande tristeza verificar que hoje, passados todos estes anos, devido ao modelo de governação adotado, a Galiza tenha índices de desenvolvimento que estão muito acima dos nossos. Nós continuamos a ser uma região de convergência. A Galiza passará a ser uma região de transição. Isto é uma grande diferença!

Qual deve ser o contributo das autarquias nas metas para 2020?

O novo programa comunitário deve trazer uma nova geração de políticas autárquicas. A questão infraestrutural na generalidade está resolvida, ou quase resolvida. Essa nova geração de políticas deve ser dirigida para o crescimento inclusivo, sustentável e inteligente. Há municípios que estão a deixar de investir no betão, para investirem na comparticipação dos medicamentos aos idosos, nas rendas a famílias que têm filhos.

Acredita que será possível atingir as metas definidas pela Comissão Europeia?

Acredito que poderemos ambicionar alcançar os objetivos estabelecidos pela Comissão Europeia. Mas penso que é necessário ter ambição para obter os melhores resultados. Temos das melhores universidades, dos melhores empresários – atrevo-me a dizer que teremos dos melhores autarcas e das melhores instituições culturais e infraestruturas... Por que razão temos dos piores indicadores de desenvolvimento do país? Temos matéria prima para sermos uma região diferente, e estou certo de que, se a região Norte voltar a ser a região charneira em termos de desenvolvimento, o país também será melhor.